

Baile de Máscaras. Mulheres Judias e Prostituição. As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua, de Beatriz Kushnir. Rio de Janeiro, Imago, 1996.

Magali Gouveia Engel *

Originalmente apresentado como dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em novembro de 1994, o livro de Beatriz Kushnir, *Baile de Máscaras: Mulheres Judias e Prostituição: As Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua*, publicado pela Editora Imago em 1996, representa sem dúvida uma contribuição significativa não apenas no âmbito mais geral da história das mulheres e das relações de gênero, mas também, mais especificamente, para os estudos sobre movimentos migratórios de grupos de origem judaica para as Américas – em particular para o Brasil –, bem como para as reflexões sobre a questão da prostituição na sociedade brasileira.

O estudo em questão tem como objeto central de análise as associações de ajuda mútua criadas por “um determinado grupo, marginalizado em sua dupla condição de imigrante e de fora-da-lei” (p. 20), constituído por judeus e judias provenientes de várias regiões da Europa Oriental – em especial, a *Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI)*, do Rio de Janeiro, e a *Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SFRBI)*, de São Paulo. Inspirada nas concepções de Michel Maffesoli, a autora busca “compreender as redes de sociabilidade e solidariedade que envolveram homens e mulheres ligados ao comércio da prostituição estrangeira nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos” (p. 39), estabelecendo relações com as experiências de Nova York e Buenos Aires, quando possível.

* Professora de história do Departamento de História da UFF.

A ênfase dos objetivos perseguidos recai, contudo, sobre as “histórias e trajetórias” das “*polacas*”, procurando-se situar “o espaço privado dessas mulheres” – através das experiências comunitárias e cotidianas de suas associações –, “vislumbrar seus rostos (...), desmistificando esse mundo da marginalidade envolto por estereótipos” e, por fim, “identificar suas estratégias de sobrevivência, seus valores e as instituições que sustentavam e davam identidade ao grupo” (p. 40). Em resumo, o ponto basilar e central da abordagem proposta assenta-se sobre o desejo de “apreender rostos e não rótulos”, “rompendo com as máscaras sociais previamente estabelecidas” (p. 21). Segundo a própria autora, tal perspectiva de análise confere a seu trabalho um caráter absolutamente singular e original em relação aos enfoques já existentes sobre a questão da prostituição. A trajetória percorrida em busca dos referidos objetivos norteou-se, como explicita Beatriz Kushnir, em torno de referenciais teóricos estruturados a partir de instrumentos conceituais formulados não apenas por Maffesoli, mas também no âmbito da história cultural e da história da vida privada por autores como Robert Darnton, Carlo Ginzburg e Michelle Perrot.

Certamente não foi tarefa fácil detectar e compreender aspectos históricos da “vida privada de mulheres públicas” (p. 21), a partir da análise dos documentos das associações de ajuda mútua do Rio de Janeiro e de São Paulo – tais como, atas de assembleias, estatutos, livros-caixa, livros de registros de óbitos, material iconográfico e depoimentos de funcionários e descendentes – e de 32 fichas policiais pertencentes a sócias da ABFRI (RJ). Trata-se de fontes que, ao meu ver, revelam-se insuficientes para esclarecer questões-chave como, por exemplo, quem eram essas mulheres, como viviam, como eram seus casamentos, como vivenciaram a experiência da maternidade. Contudo, pode-se considerar que a autora foi relativamente bem sucedida no sentido de resgatar certos aspectos do “mundo íntimo” – entendido como “o comunitário, o cotidiano de suas associações” (p. 40) – dessas personagens. A realização de uma pesquisa cuidadosa e persistente, da qual resultou a descoberta (e a garantia de preservação) de algumas fontes inéditas, confere ao trabalho um de seus maiores méritos.

O livro de Beatriz Kushnir apresenta, contudo, algumas deficiências que devem ser apontadas. Excessivamente preocupada em demonstrar a

especificidade de seu objeto e a singularidade de sua abordagem, a autora acaba por imprimir à análise empreendida duas características bastante problemáticas. De um lado, a ausência de um diálogo mais profundo, mais consistente e, portanto, mais conseqüente com a produção historiográfica sobre a questão da prostituição na sociedade brasileira. De outro, a inexistência de uma articulação mais solidamente construída entre a trajetória das associações de ajuda mútua e o contexto sócio histórico no qual se encontram inseridas. Estes são, a meu ver, os pontos mais frágeis do trabalho.

No que se refere ao primeiro ponto, gostaria de ressaltar que os esforços de Beatriz Kushnir no sentido de situar a produção historiográfica brasileira sobre o tema e temáticas afins – sempre bastante resumidos e norteados pela preocupação quase obsessiva em afirmar o que não fez ou não pretendeu fazer – apresentam-se incapazes de revelar a riqueza e a diversidade das contribuições efetivamente produzidas por tais abordagens. Pelo menos no que diz respeito, de um lado, à utilização de certos referenciais teóricos no enfrentamento de questões relativas ao caráter positivo da construção de uma determinada identidade social, pelos laços de solidariedade e de sociabilidade e, de outro, ao enfoque de certas dimensões da história do chamado “tráfico de escravas brancas”, o livro *Baile de Máscaras* possui um débito muito maior em relação às brilhantes reflexões desenvolvidas por Margareth Rago em seu *Prazeres da Noite* do que possa parecer à primeira vista. Mesmo sendo a obra mais citada, também neste caso não há um diálogo efetivo, capaz de evidenciar devidamente a intensidade e as maneiras pelas quais Kushnir percorreu muitas das trilhas abertas por Rago (vale notar, por exemplo, que a Sociedade Feminina Beneficente e Religiosa Israelita, criada por prostitutas judias em São Paulo em 1924, é um dos objetos de análise do último capítulo do livro de Margareth Rago).

Isto, evidentemente, não significa negar os enfoques profundamente distintos que caracterizam as análises de temáticas próximas em cada um dos referidos estudos. Neste sentido, é preciso ressaltar, por exemplo, que para Margareth Rago a crença na existência de um *rostro* que se esconderia atrás das *máscaras* é insustentável, perspectiva da qual compartilho. Pautadas sobre referenciais esquemáticos e dicotômicos, que permanecem circunscritos no

âmbito de certos substratos positivistas, as concepções defendidas por Kushnir, partem, a meu ver, do pressuposto de ser não apenas possível, mas também necessário, chegar aos *rostos* das *mulheres*, os quais, emergindo do mundo privado, seriam capazes de revelar a *verdade*, oculta sob as *máscaras* das *prostitutas* em suas vidas públicas – concebidas exclusivamente como lugar da *fantasia* e dos *estereótipos* e, portanto, da *ficção*. *Rostos* ou *máscaras*, *verdades* ou *mentiras*, *real* ou *imaginário*... Dicotomias que há muito vêm sendo intensa e consistentemente questionadas por várias vertentes historiográficas. Talvez fosse mais interessante e frutífero pensar a multiplicidade de papéis, desempenhados concomitante e contraditoriamente, e que, apesar de profundamente diversificados, estariam sempre referidos, de modo dinâmico e complexo, ao contexto sócio-cultural mais abrangente.

É preciso notar, ainda, que para atingir o intento a que se propõe, a autora acredita que as fontes diretamente produzidas pelos protagonistas de sua análise são as únicas que permitem “ir ao encontro de tais pessoas e suas histórias particulares, rompendo com as máscaras sociais previamente estabelecidas” (p. 21). Ora, como sabemos, todas as fontes são social e historicamente produzidas, o que significa que não existem fontes “objetivas”. A fala dos referidos protagonistas não estaria, portanto, completamente isenta de estereótipos, como parece crer a autora. Por outro lado, como observou Ginzburg, “não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser ‘objetiva’ (mas nem mesmo um inventário é ‘objetivo’) não significa que seja inutilizável. Uma crônica hostil pode fornecer testemunhos preciosos sobre o comportamento de uma comunidade camponesa em revolta” (Carlo Ginzburg, 1987, *O Queijo e os Vermes: o Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo, Companhia. das Letras, p. 21).

Assim, uma discussão em torno das reflexões desenvolvidas nos trabalhos anteriores que trataram da prostituição e de temas afins, optando por fontes e enfoques distintos, teria certamente contribuído para o enriquecimento e o aprofundamento do estudo desenvolvido por Beatriz Kushnir. Principalmente quando, apesar de afirmar explicitamente não serem objetos de seu interesse a “problemática da prostituição em si” (p. 39) ou a

questão de sua normatização, a autora se vê obrigada, como não poderia deixar de ser, a enfrentar ambas as questões. Ela o faz, a meu ver, de maneira solitária – e, portanto, vacilante e inconsistente –, ao utilizar de forma absolutamente acrítica – e, portanto, contraditória em relação a seus próprios pressupostos –, as “visões estereotipadas” produzidas por médicos, juristas e policiais, como fontes de informação completamente isentas e confiáveis (pp. 83ss. e 143ss.). Ao supor, por exemplo, que a existência de filhos das mulheres pertencentes à Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (RJ) por si só seria capaz de desmistificar “todo um estereótipo e uma fantasia que cerca o mundo da prostituição” (p.97) (trata-se de uma conclusão apressada e simplificadora, já que os estereótipos médicos que opunham a prostituição à maternidade são construídos a partir da associação entre prostituta e esterilidade, concebida esta última não apenas em seu aspecto físico, mas sobretudo moral – ou seja, eram mulheres incapazes física e/ou moralmente de exercer o sublime papel de mães. Cf. Magali Engel, op. cit., pp. 78-79 e 83). Ou, ainda, ao afirmar (p. 87) que a prostituição foi regulamentada na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX (a prostituição nunca foi regulamentada no Brasil).

A segunda fragilidade indicada refere-se aos problemas relacionados ao enfoque quase exclusivamente voltado para o objeto da pesquisa, isolando-o do contexto histórico mais amplo. Tal perspectiva, a meu ver, acaba por produzir a idéia de que os estereótipos em torno da prostituição não teriam *contaminado* os espaços alternativos criados pelas prostitutas e cafetinas judias através de suas associações de ajuda mútua. Mais do que isto, fica-se com a impressão de que os laços de solidariedade e de sociabilidade só puderam ser construídos por esse grupo no espaço das referidas associações. Lembro aqui as concepções de Rago, inspiradas em Maffesoli, segundo as quais os bordéis, vistos em sua positividade, também se teriam constituído em lugares privilegiados da função agregativa da prostituição. Mas admitir a importância crucial desse tipo de reflexão seria abandonar a idéia da existência de um rosto atrás das máscaras, enxergando a mulher, a prostituta e a judia como perfis distintos e contraditórios – entre muitos outros possíveis – de um mesmo rosto. Seria, ainda, renunciar à idéia de uma única identidade positiva possível.

Por fim, gostaria de levantar algumas questões em torno da análise comparativa entre a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (RJ) e a Sociedade Feminina Religiosa e Beneficente Israelita (SP). Segundo Kushnir, o caráter misto, característico da primeira, entre 1915 e 1932 – cabendo aos homens as funções administrativas (e, portanto, mais poder) e às mulheres as funções assistencialistas –, pode ser explicado por algumas das regras que definem uma “atitude máfia”, conforme Maffesoli. Mas como entender o caráter eminentemente feminino da referida associação em suas origens (entre 1906 e 1914), retomado e aprofundado a partir de 1932, e a preeminência absoluta das mulheres nas associações de São Paulo e de Santos? Ao que tudo indica, a presença feminina, bem como o exercício de funções de mando pelas mulheres parecem ter sido uma característica extremamente forte e marcante não apenas na SFRBI (SP) e na SBRI (Santos), mas também na ABFRI (RJ) – exceto entre 1915 e 1932. Uma investigação mais atenta e minuciosa desse aspecto poderia ter contribuído, por exemplo, no sentido de reforçar a relativização da vitimização das prostitutas de origem judaica provenientes da Europa Oriental – corrente na literatura especializada, conforme demonstra a autora.

Comparando as atas das assembleias das Associações do Rio de Janeiro e de São Paulo, e baseada no depoimento do Sr. O. (último contador da ABFRI-RJ entre 1954 e 1968), a autora conclui que enquanto a primeira se teria caracterizado pela ausência de conflitos significativos – e, portanto, por uma maior estabilidade e, conseqüentemente, por um clima de maior harmonia entre as associadas – a segunda teria sido profundamente marcada por constantes disputas pelo poder. Entretanto, as crises e freqüentes mudanças nas diretorias da ABFRI (RJ) – analisadas no Capítulo 3 – não apontariam um quadro de tensões e embates? Mais do que revelar a ausência de conflitos na associação do Rio de Janeiro, o fato de as atas da SFRBI (SP) serem “mais ricas” não indicaria a existência de diferentes opções na construção da memória de cada uma das associações? Afinal, as fontes não falam por si ...

Espero ter conseguido, com esta resenha, estimular um saudável e necessário diálogo, em torno das divergências e convergências que vêm marcando os estudos sobre a problemática da prostituição e sobre a questão feminina na sociedade brasileira.